timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 155 DEZEMBRO 1998

1998: MUDANÇAS E EXPECTATIVAS

O ano de 1998 foi marcado pela queda do general Suharto no meio de uma grave crise económica, social e política da sociedade indonésia. Mas para Timor, a luz ainda vem longe ...

A queda do ditador Suharto, no seguimento dos violentos confrontos de rua que, em Maio, provocaram mais de 1.000 mortos, veio abrir perspectivas de um novo posicionamento das autoridades indonésias relativamente à questão de Timor Leste.

Pressionado por uma aguda crise económica e social que, sozinho, não tinha condições para controlar, o regime de Jacarta viu-se obrigado a ceder em aspectos importantes da sua anterior política, interna e externa, para ter acesso aos fundos do FMI. E a fragilidade internacional trazida pela crise avivou as críticas relativamente à sua prática no problema timorense.

Quando Habibie, o substituto de Suharto e seu antigo "homem de mão", declarou publicamente em Julho que a Indonésia estava aberta a negociar um estatuto de autonomia especial para o território por si ocupado, precisamente em vésperas de mais uma ronda negocial entre os MNE dos dois países sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, muitos acreditaram na possibilidade de uma resolução rápida para o conflito. Não surpreende assim que, neste clima de optimismo, Portugal tenha dado nesta ronda o seu aval à abertura de secções de interesse nas duas capitais, abandonando as condições postas anteriormente para a sua concretização pelo PM Guterres quando se encontrou em Banguecoque com o então Presidente Suharto, em 1994.

Os meses seguintes vieram mostrar as sem-razões deste optimismo. Conseguido o consentimento português à sua instalação oficial em Lisboa, as autoridades indonésias voltaram a murar-se atrás do habitual "a integração de Timor Leste não se discute", deixando Portugal sem espaço de manobra já que o processo aparece como irreversível pois nem Jacarta pensa abandonar a posição conquistada, nem Lisboa encontrará alguma vez vontade e motivos para abandonar Jacarta. As autoridades indonésias já mostraram ter a habilidade suficiente para levar a água ao seu moinho e que neste caso é, como elas não se cansam de repetir, reatar as relações diplomáticas com o nosso país.

A falta de credibilidade do actual elenco governativo indonésio - largamente demonstrada pelo incumprimento dos compromissos publicamente assumidos -aconselhariam algum cuidado no envolvimento de mais este acordo com Jacarta, na expectativa de que das próximas eleições (marcadas para princípios de Junho) saisse um poder legitimado pelo voto e com um projecto de empenhamento no respeito do direito internacional.

Não o entendeu assim o Ministro Jaime Gama, acreditando talvez poder tirar dividendos junto dos seus parceiros internacionais, num momento em que a comunidade internacional, com particular destaque para os EUA e a União Europeia, se tornou abertamente crítica e exigente na necessidade da libertação de Xanana Gusmão e dos presos políticos, na necessidade de diálogo entre timorenses e indonésios e da auscultação da vontade destes na procura de uma solução estável e de futuro para o problema.

O processo negocial ganhou assim, neste último semestre, novos contornos e nova dinâmica. As Nações Unidas têm tentado jogar um papel mais interventivo, de que o aproveitamento da proposta indonésia de "estatuto especial" é um exemplo, mas no terreno das conversações têm mostrado enormes limitações. As visitas do embaixador Marker e Tamrat Samuel a Timor Leste, já no final do ano, em que falaram não com quem queriam mas com quem os militares deixaram, são disto um bom exemplo.

Se a autodeterminação de Timor Leste permanece na ordem do dia, os seus caminhos, porém, continuam a mostrar-se difíceis e nem sempre claras.

neste número:

1998: MUDANÇAS E EXPECTATIVAS

PROBLEMAS DA COOPERAÇÃO

MAIS LIBERDADE PARA A ÁSIA

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO, CONTROLO DEMOCRÁTICO E SOBERANIA NACIONAL

Luís Madeira, activista da CDPM, reflecte aqui sobre os desafios colocados pela ajuda internacional ao desenvolvimento.

«Embora o auxílio internacional ao desenvolvimento possa possuir naturezas diversas (bilateral ou multilateral), os fundos nele envolvidos tenham origens possíveis distintas (pública ou privada) e os projectos sejam passíveis de ser executados, no terreno, através de diferentes instrumentos (governamentais ou não governamentais), no presente artigo, tendo em mente o caso de Timor Leste e o processo de transição em que o território se encontra envolvido, apenas nos iremos debruçar sobre o auxílio ao desenvolvimento que, independentemente da origem ou da natureza real dos fundos, é e será, num futuro previsível, promovido, organizado e canalizado para Timor Leste por organizações não governamentais.»

AJUDA INTERNACIONAL: QUE CONTROLO?

«O motivo que se encontra subjacente a esta opção é o seguinte: o auxílio internacional ao desenvolvimento canalizado para o território de Timor Leste, seja ele bilateral ou multilateral, nesta fase de evolução do processo de autodeterminação, desde que seja intergovernamental, efectua-se com o acordo e em cooperação com a República da Indonésia e segundo os parâmetros fixados por Jacarta.

Do ponto de vista político, ao escapar a qualquer exercício de controlo democrático e da soberania nacional timorense, este tipo de ajuda internacional não pode nem deve ser considerado como um verdadeiro auxílio ao desenvolvimento, devendo, pelo contrário, na maior parte dos casos, ser concebido como um auxílio internacional à colonização indonésia de Timor Leste, independentemente do caracter governamental ou não governamental dos seus instrumentos de execução no terreno.

No entanto, com a evolução do processo de autodeterminação de Timor Leste, nem todo o auxílio internacional ao desenvolvimento destinado ao território tenderá a escapar totalmente ao exercício de, pelo menos, um certo controlo por parte dos legítimos representantes do povo timorense.

Com efeito, anuncia-se, desde já, a tendência de, nesta fase do processo de transição, como sinal dos novos tempos, as organizações não governamentais tentarem operar no território mediante o consentimento prévio, tácito ou expresso, dos representantes do povo de Timor Leste ao qual se adiciona, necessariamente, o do governo da Indonésia e, por vezes, do executivo português.

Assim, dado que a reflexão aqui proposta gravita em torno do imperativo de controlo democrático e de exercício da soberania nacional, no que concerne o auxílio internacional ao desenvolvimento de Timor Leste, nesta fase do processo de autodeterminação, apenas será pertinente tomar em consideração aquela fracção da ajuda internacional que, independentemente da origem ou da natureza efectiva, é susceptível de ser submetida a um certo tipo de controlo e de soberania popular timorense.

Em suma, se a comunidade timorense quiser exercer qualquer tipo de controlo efectivo sobre os projectos de auxílio internacional ao desenvolvimento que têm Timor Leste como alvo, nesta fase de transição, terá de concentrar a sua atenção na actividade das organizações não governamentais.

Quanto ao modo de funcionamento das organizações transnacionais que se dedicam à assistência ao desenvolvimento, sejam elas organizações não governamentais de desenvolvimento ou associadas a universidades, igrejas ou outras não devem existir quaisquer ilusões. A sua sobrevivência como organizações que empreendem actividades em Timor Leste depende, antes de qualquer outra consideração, da sua capacidade de conceber projectos de acção que sejam passíveis de obter financiamentos dos seus respectivos governos, de governos estrangeiros ou de particulares.

Uma vez obtido o financiamento do projecto, a lógica interna da ajuda internacional ao desenvolvimento, na fase de execução no terreno, materializa-se na transferência, directa ou indirecta, de uma fracção mais ou menos importante dos financiamentos obtidos em favor da nação carenciada.»

TODA A AJUDA É BOA?

«Do ponto de vista do beneficiário, receber esse dinheiro, obter a canalização de conhecimentos técnicos do estrangeiro para a nação, quando a nível local os recursos são escassos e as necessidades múltiplas, é aparentemente uma coisa boa! ... Mas, será mesmo? ... Não necessariamente!

Não colocando em dúvida as boas intenções das organizações não governamentais que desenvolvem ou se propõem desenvolver projectos de desenvolvimento em Timor Leste, parece ser inquestionável que nada garante que as prioridades de intervenção fixadas por essas organizações ou pelas entidades que financiam os seus projectos sejam idênticas, semelhantes ou compatíveis com as que constam ou que deveriam constar da agenda para o desenvolvimento elaborada pelos legítimos representantes do povo de Timor Leste.

Em última análise, pode mesmo imaginar-se como um cenário provável que cada organização estrangeira de assistência ao desenvolvimento que opera ou pretende operar em Timor Leste tenha em mente, implícita ou explicitamente, uma concepção própria do que deveria ser a organização económica, social ou cultural futura de Timor Leste, a nível sectorial, intersectorial ou global, no seio da qual o seu projecto de desenvolvimento, concebido segundo uma lógica puramente burocrática, se enquadraria na perfeição.

Abandonadas à sua própria lógica e dinâmica, estas organizações de assistência ao desenvolvimento poderão mesmo vir a envolver

largas centenas de trabalhadores timorenses (agricultores, pescadores, funcionários, etc.) em acções de alegado desenvolvimento que, num determinado sector da economia ou numa perspectiva intersectorial, podem ser incompatíveis, inadequadas e, quem sabe, desnecessárias, ilógicas ou mesmo contraproducentes.

Para além do desperdício lamentável de fundos imprescindíveis ao desenvolvimento de Timor Leste que este cenário provável implicaria, uma evolução desta natureza conduziria, necessariamente, a uma de-estruturação de sectores inteiros da economia timorense, transferiria o centro de decisão económica para as organizações não governamentais estrangeiras responsáveis pela concepção e execução dos projectos ou, ainda, para as entidades que os financiariam.

Dever-se-á, portanto, concluir que o auxílio internacional promovido pelas organizações de assistência ao desenvolvimento estrangeiras é nefasto para o progresso económico de Timor Leste? ... Bom, isso depende!

O valor do contributo efectivo dos fornecedores de assistência internacional para o desenvolvimento de Timor Leste dependerá, obviamente, de muitos factores. No entanto, já nesta fase de transição, caberá à comunidade timorense e aos seus legítimos representantes tomar em mão a direcção deste processo, criando, designadamente, condições para o enquadramento adequado das actividades das entidades fornecedoras de assistência ao desenvolvimento.

Mesmo sem abordar nenhum projecto de desenvolvimento em particular, é evidente que nem toda a proposta de ajuda ao desenvolvimento interessa, de igual modo, à organização económica, social ou cultural futura de Timor Leste. Nesse contexto, haverá que poder e que saber escolher, negociar e re-orientar, se necessário for, os projectos menos adequados ao programa de desenvolvimento concebido pelos cidadãos de Timor Leste.

No entanto, para poder avaliar a qualidade e o interesse relativo de cada um dos múltiplos projectos de auxílio ao desenvolvimento propostos pelas várias organizações de assistência ao desenvolvimento, será necessário que os responsáveis políticos timorenses possam apoiar as suas decisões em concepções muito claras quanto ao modelo de desenvolvimento global que desejam ver implementado em Timor Leste e, em cada sector de actividade económica, social ou cultural, em ideias transparentes quanto às preferências de estrutura, de processos e de objectivos.»

PRIORIDADE: FIXAR OBJECTIVOS

«Só com muito trabalho de estudo, reflexão e debate poderá a comunidade timorense esclarecer e fixar as suas preferências nacionais nesta matéria, possibilitando, deste modo, que, no futuro, os seus legítimos representantes possam avaliar, partindo de bases seguras, do interesse de uma qualquer proposta de acção em prol do desenvolvimento de Timor Leste.

Entretanto, na ausência de critérios adequados para a avaliação dos projectos propostos, a assistência internacional ao desenvolvimento de Timor Leste continuará a efectuar-se de modo anárquico e, arriscaria mesmo afirmar, sem qualquer consideração significativa pelas preferências do povo timorense.

Com efeito, sempre que o povo de Timor Leste não estiver em condições de expressar a sua preferência de organização em matéria de ensino primário, de produção de arroz, de prestação de cuidados básicos de saúde, de conservação de energia, de formação profissional ou de construção de vias de comunicação terrestre, por exemplo, muito provavelmente, surgirão uma variedade de organizações e entidades portadoras de pacotes de assistência ao desenvolvimento com soluções alegadamente adequadas a Timor Leste, todas elas igualmente milagrosas, com vista à solução de cada um desses problemas.

Em matéria de auxílio ao desenvolvimento, como em muitas outras, as boas intenções dos agentes envolvidos não são suficientes para que seja garantido o sucesso dos projectos.

O risco que acarreta para a Nação cada decisão tomada em matéria de planeamento do desenvolvimento só pode ser minorado mediante a organização de estruturas de controlo democrático das decisões tomadas. No entanto, esse controlo só será eficaz se for informado e, nesta matéria, informar o processo de decisão colectiva é estudar, reflectir e debater todos os problemas que envolve o processo de reconstrução económica, social e cultural de Timor Leste.

Embora seja grande, este novo desafio que se coloca agora à comunidade timorense representa, decerto, um novo estádio de evolução no processo de participação colectiva na construção de um Timor Leste livre, independente e soberano.»

A IMPRENSA ASIÁTICA PRECISA DE MAIS LIBERDADE

O artigo que se segue, da autoria de Goenawan Mohamad (chefe de redacção da revista Tempo*) foi publicado na edição de 2 de Novembro de 1998 do* Jakarta Post.

«A Indonésia atravessa presentemente um período de transição política de um regime autoritário para um confuso estado de expectativa. Os cabeçalhos da imprensa internacional continuam a descrever o país como uma gigantesca área de colapso económico e de brutalidade em grande escala. Sem dúvida, tanto a desagregação económica como o fim do reinado ditatorial de Suharto contribuíram para a crise da ordem social.

Não digo que a anarquia reina na Indonésia. No entanto, todos parecem ter razões para tomar a lei nas suas próprias mãos. O Estado deixou de ser a autoridade; as instituições legais são demasiado corruptas para se mostrarem credíveis e a sociedade sofre de paranóia política.

Há três meses, sucederam-se os episódios de pilhagem e de violação de mulheres de origem chinesa. Um influente grupo de activistas crê que um grupo organizado estaria por trás dos crimes. A alegação, fomentando receios face a uma força maligna desconhecida, ainda está por provar, mas também não foi refutada de forma convincente.

A noite passada li um despacho da Associated Press *sobre uma nova história de medo e violência. Uma multidão espancou três*

pessoas até à morte e lançou fogo ao seu carro, depois de as ter acusado de envolvimento numa série de misteriosos assassinatos. A região foi assolada pelo linchamento de mais de 150 pessoas ao longo dos últimos três meses, muitas das quais por suspeita de praticarem magia negra. Os misteriosos assassinos usariam fatos negros à ninja. O medo domina muitas cidades, com grupos de vigilantes fazendo dos forasteiros e mesmo de deficientes mentais, supostamente culpados pela mortandade, o seu alvo.

Este tipo de paranóia é claramente uma sequela da história da repressão na Indonésia. Contrariamente ao senso comum, a principal característica da ditadura de Suharto não foi a vigilância social exercida rigorosamente pela eficiente máquina militar e burocrática. Ela deteve o poder durante mais de três décadas devido à sua perícia em gerir o trauma social.

Muitos indonésios da minha geração recordam-se claramente do seu infeliz passado e da violência política dos anos 60, quando milhares de pessoas foram mortas numa purga anti-comunista. Estas atrocidades nunca foram reveladas publicamente, muito menos julgadas, e o que delas resta é o terror de um passado escondido. O regime de Suharto gostava de manter vivo o terror na mente da nação. Avisava constantemente o povo para os perigos da instabilidade política e denunciava os "elementos subversivos".

Paradoxalmente, era o carácter arbitrário do regime (marcado pelo reduzido espaço deixado à transparência de procedimentos e pela burocracia porosa e minada pela corrupção) que recordava às pessoas a fugacidade da vida sob uma tal estrutura política. A estrutura permitia que a existência individual pudesse ser transformada pelo capricho dos detentores do poder.

Neste permanente clima de insegurança, a paranóia política facilmente se desenvolve. De modo inevitável, a política indonésia de hoje é gravemente marcada por um crescimento acelerado das teorias da conspiração, criadas tanto por espiões governamentais como pelos seus inimigos. Curiosamente, elas parecem agradar à população: têm o fascínio das antigas superstições.

Antigamente, as histórias de fantasmas prendiam as atenções. Hoje, as pessoas adoram ouvir os boatos sobre operações clandestinas de variados tipos. Provavelmente, essa é a forma de se defenderem de um mundo caótico. Aceitam tudo o que possa explicar os fluxos de informação complexos, caóticos e desagradáveis da actualidade.

Contudo, a paranóia política é um caso de medo que gera o medo. Alguns analistas sugerem que uma maior liberdade de informação, através de uma imprensa livre, seria o melhor antídoto para o problema. Talvez. Mas permitam-me acrescentar um aviso.

De cada vez que um jornalista entra na arena da liberdade de expressão, é confrontado com a natureza limitada da sua narrativa. Os meios de comunicação social projectam necessariamente o mundo como um espaço homogéneo. De certo modo, cada peça jornalística, independentemente de quão bem investigada e elegantemente escrita possa ser, é parte da economia da memória. Por economia da memória quero referir o modo como os leitores, telespectadores, ouvintes e jornalistas maximizam a utilização do passado com um mínimo de recurso à memória.

Sob esta perspectiva, o jornalismo não pode reivindicar a validade da sua verdade. Um jornal ou um noticiário televisivo não é de modo algum um expoente da máxima "a verdade, nada mais que a verdade". Tal como a mais fantástica teoria da conspiração, ele tem um espaço limitado para revelar o mundo real. O jornalismo torna-se um antídoto da paranóia política não pela veracidade do seu conteúdo, mas pelo seu cepticismo inato.

Assim, e no que toca ao jornalismo, a procura de maior liberdade de expressão deve acompanhar a necessidade de maior liberdade de duvidar. Para terem a certeza das coisas, em muitas zonas do Pacífico, as pessoas têm sonhos e pesadelos sobre uma minoria de intelectuais que gostam de fazer do cepticismo a sua profissão. Do mesmo modo, o trabalho jornalístico tem de enfrentar mais que a censura do Governo. De tempos a tempos, também tem de lidar com a ira dos fiéis e a raiva dos ideólogos. Daí a necessidade de um debate público de alta qualidade.

Isto conduz-nos à questão da responsabilidade. Na minha opinião, e dada a actual economia política dos meios de comunicação - em que são os interesses governamentais e empresariais a ditar a agenda -, a insistência na liberdade jornalística é simultaneamente a insistência na responsabilização jornalística.

Para ser responsável, é necessário ser livre. Os papagaios e os robots *não podem reivindicar responsabilidade no que dizem e fazem, porque apenas copiam e seguem as palavras de outrém. Este é um ponto a destacar, já que a desculpa mais comum para a censura é a alegada oposição entre liberdade e responsabilidade.*

Por certo há considerações éticas que um jornalista deve ter presentes de cada vez que escreve e é publicado. Mas o substracto da ética é o auto-controlo (com ênfase no "auto"). Ele pressupõe necessariamente a liberdade. Deve ser o próprio a decidir, na solidão da sua independência, o que deve ou não fazer.

Contudo, esse não é um exercício solitário. Sou levado a pensar que, basicamente, os assuntos éticos nascem do nosso sentido de contiguidade face ao "outro". Quando se tem poder, ou quando se é publicado, a primeira questão sobre o "outro" não é se é ele que lê ou nos avalia mas se é ele que sofre as consequências. E, muito provavelmente, será um dos que não têm meios para falar e se defender.

Claro que, em muitos países do Pacífico, a imprensa não é o Quarto Poder. Politicamente, os meios de comunicação - especialmente a imprensa escrita - ainda pesam muito pouco. Quando os resultados das eleições são falseados, quando a opinião pública é formada mais pela comunicação oral (com vários graus de lavagem cerebral) do que por eloquentes editoriais, a imprensa só pode reivindicar um papel muito discreto na vida política e na sua transformação. Tomando a descrição de Anthony Sampson do jornalismo britânico, pode dizer-se que muitos jornais asiáticos não são uma extensão da história, mas apenas da conversa. Mesmo assim, é uma parte importante do debate público. Pelo menos pode levantar, ou abrir espaço para, questões pertinentes, perspectivas opostas e desafiar a monotonia da mentira. Numa sociedade onde a élite dirigente tende a ditar o estilo e o conteúdo do discurso, a tão proclamada harmonia - um valor muito estimado nas sociedades asiáticas, dizem - tende a silenciar os fracos. Isto é especialmente verdadeiro quando o medo prevalece e impede qualquer debate público com significado. Não interessa a ninguém deixar os que têm o monopólio da violência na sociedade passarem sem controlo e tornarem-se assassinos e torcionários. Mas interessa a todos controlar aqueles que detêm o monopólio das palavras para que não usem impunemente os seus artifícios.

Os jornalistas e os meios de comunicação social podem não mudar este estado de coisas do dia para a noite. Como referi anteriormente, em muitos países asiáticos a imprensa não é um jogador político com poder. Mas prefiro pensar que a sua aparência fraca e submissa é semelhante à da água. Pois como dizia Lao-Tsé, "para combater o que é duro e forte, nada melhor do que ela."»

DIRECTOR: António Pinto Pereira **PROPRIETÁRIO:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **SEDE:** R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1069-069 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **TIRAGEM:** 1.000 ex. **ASSINATURA ANUAL:** 1.500$00 **REGISTO DGCS nº** 112094 **DEP. LEGAL: nº** 25317